

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDO CAVALHEIRO KRAUZER

**A LEITURA INSTITUCIONALISTA DA ESCOLA CLÁSSICA A PARTIR DE UMA
CONTRAPOSIÇÃO ENTRE OS PARADIGMAS NEWTONIANO E DARWINISTA**

CURITIBA

2016

FERNANDO CAVALHEIRO KRAUZER

**A LEITURA INSTITUCIONALISTA DA ESCOLA CLÁSSICA A PARTIR DE UMA
CONTRAPOSIÇÃO ENTRE OS PARADIGMAS NEWTONIANO E DARWINISTA**

Monografia apresentada como requisito parcial à
conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor
de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de
Economia da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Felipe Araujo de Almeida

CURITIBA

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

FERNANDO CAVALHEIRO KRAUZER

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. José Felipe Araújo de Almeida
Orientador – Departamento de Economia da Universidade Federal do
Paraná – UFPR

Prof. Dr. Marco Antônio Ribas Cavalieri
Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná -
UFPR

Prof. Dr. Eduardo Angeli
Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná -
UFPR

Curitiba, 11 de novembro de 2016

A todas as 242 vítimas fatais do incêndio na Boate Kiss na cidade de Santa Maria na trágica noite de 27 de janeiro de 2013.
Por todos os sonhos e futuros subitamente interrompidos.

A meu primo Leonardo Cavaleiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito aos meus pais, Renate e Jorge Krauzer, pelo apoio em todos os momentos da minha vida. Aos meus tios, Ursula e Sadi Bock, pelo suporte dado a mim durante todo esse período. Também ao meu querido irmão, Cassiano Krauzer, pelo companheirismo e todos os seus incentivos.

Agradeço a todos os professores que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação. Em especial, agradeço a meu orientador, Felipe Almeida, o “tio”, por toda a ajuda e dedicação na orientação dessa obra, bem como pelo vínculo de amizade que pudemos construir durante este período.

Agradeço também a todos os meus colegas e amigos, por todos os momentos de ajuda que, com certeza, foram decisivos para mais essa conquista.

Vamos visitar o passado,
Mundo distante, passado muito além,
Onde a pessoa não valia pelo que ela é, só valia por aquilo que ela tem;
Vamos assistir ao naufrágio de um Titanic pesado e frágil
Que foi á pique sem dó nem piedade,
Pela febre da ganância, pela falta de humildade;
Vamos perdoar aquela gente que não soube enxergar um pouquinho na frente
E secou até a última fonte, queimou a floresta, matou a semente;
Vamos celebrar a nova civilização que nasceu da destruição
E já nasceu cuidando bem pra não ter que aprender perdendo tudo também.

- Carlos Maltz em participação especial na
música “*Cinza*” dos Engenheiros do Hawaii

SUMÁRIO

RESUMO	8
INTRODUÇÃO	9
1 – A ECONOMIA CLÁSSICA: UMA ANÁLISE PARADIGMÁTICA DOS PENSADORES E DE SUAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES	11
1.1 – Os Clássicos: Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo	11
1.2 – O Paradigma Científico Newtoniano	16
2 – A ECONOMIA INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE PARADIGMÁTICA DOS PENSADORES E DE SUAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES	22
2.1 – Os Institucionalistas: Thorstein Veblen e John Commons	22
2.2 – O Paradigma Científico Darwinista	26
3 – UMA VISÃO INSTITUCIONALISTA DA ESCOLA CLÁSSICA: UMA INTERPRETAÇÃO A POSTERIORI E OS CONTRASTES PARADIGMÁTICOS	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	41

RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar uma leitura analítica das escolas Clássica e Institucionalista do pensamento econômico, atentando aos seus respectivos paradigmas científicos, bem como aos fatores, principalmente, históricos e filosóficos responsáveis por influenciar a essas. De maneira a não conflitar períodos distintos do pensamento científico, é ressaltado aqui que essa análise será baseada na leitura dos institucionalistas do final do século XIX e início do século XX – os fundadores do institucionalismo original – a respeito da escola Clássica. Trata-se, então, não unicamente de uma comparação teórico-descritiva dessas escolas do pensamento econômico, mas sim uma análise de seus contextos históricos e paradigmas científicos.

Palavras-chave: Economia Institucional, Economia Clássica, Paradigma Científico, Newtonianismo, Darwinismo.

INTRODUÇÃO

Segundo Dow (2004), durante as décadas de 60 e 70, as escolas do pensamento econômico eram comumente entendidas como diferenças teóricas expressas em um quadro metodológico comum, e assim se perpetuaram durante a crescente fragmentação da teoria ortodoxa. Porém, frente à diferenciação entre a ortodoxia e heterodoxia, houve a interpretação de que essas diferenças ocorriam também profundamente em aspectos metodológicos, epistêmicos e ontológicos (Dow, 2004). E, em tom de convergência, para Cavalieri (2007), as escolas do pensamento econômico são devidas aos diferentes lugares tanto geográficos como no tempo histórico de seus respectivos pensadores. Ou seja, uma escola do pensamento econômico pode ser compreendida como um conjunto de ideias, análises e/ou métodos concernentes a um tempo e lugar que foram desenvolvidas por um grupo específico de pensadores econômicos. No entanto, estas não são refém de seu tempo, local ou pensadores. Mesmo que eternamente associados a eles, as escolas possuem capacidade de ultrapassar a tais determinantes.

Ao longo da história do pensamento econômico é comum notar escolas que são releituras de suas predecessoras e outras que buscam negar métodos, teoria e ideias anteriores¹. Também é possível perceber escolas que entraram em controvérsias e disputas no desenvolvimento da análise econômica. Com total certeza, o ambiente intelectual da ciência econômica do final do século XIX e início do século XX é um momento que ilustra esse último caso, pois esse momento histórico testemunhou o crescente embate teórico ciência econômica com ascensão da Escola Institucional.

Contemporaneamente, pode-se argumentar que existem várias abordagens econômicas denominadas e/ou autoproclamadas institucionalistas. Dessa forma, torna-se fundamental denominarmos a qual abordagem institucional estamos nos remetendo quando nos reportamos ao termo “institucional”. O termo Economia Institucional desse projeto se associa a vertente teórica definida como Economia Institucional em Hamilton (1919). Esse segmento da teoria econômica encontra em Thorstein Veblen, John Commons, Clarence Ayres e Wesley Mitchell os seus

¹ Ilustrando o primeiro cenário é observável o caso da Escola Neoclássica em relação a Escola Clássica, em que vários pontos de convergência e perpetuação teóricas são identificados (Entre a segunda metade do século XIX e início do século XX). E ilustrando o segundo caso é possível identificar o forte embate teórico entre Keynesianos e Monetaristas (entre a década de 1950 e 1970, principalmente).

fundamentos. Hoje em dia, essa vertente institucional atende pela denominação de velha Economia Institucional ou, em melhores termos, Economia Institucional Original (EIO).

Tendo em vista que a EIO foi uma vertente proeminente da ciência econômica durante o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX (Hodgson, 2004a e Rutherford, 2011), esse estudo possui como objetivo principal apresentar a leitura institucional original a respeito da Economia Clássica. Desse modo, melhor compreendendo como a EIO interpretava aquela que foi a primeira escola do pensamento econômico.

Desde então, já podemos sinalizar que os elementos que culminaram no advento da Economia Clássica e da Economia Institucional são consideravelmente diferentes. Enquanto a primeira foi influenciada pelo paradigma científico newtoniano e a filosofia iluminista, a segunda se pautou no darwinismo como paradigma científico, e na filosofia pragmática norte-americana.

Ao buscar as inspirações intelectuais e/ou bases teóricas que tiveram por objetivo fundamentar o pensamento econômico, nos deparamos com diversas linhas de convergência ou divergência e, a maioria delas, refere-se a determinado período do tempo conduzido por um paradigma central. Exatamente nesse ponto torna-se crucial o debate a respeito dos paradigmas vigentes em cada um dos períodos analisados. Valido lembrarmos ainda que, esses paradigmas são responsáveis não só por desenvolver os debates acadêmicos e científicos, mas também foram responsáveis por desencadear uma série de movimentos sociais que hoje marcam o estudo da história, não só da economia, mas do mundo como um todo².

Então, faremos agora um resgate em busca dos autores do pensamento econômico da Escola Clássica e, em seguida, uma análise de sua relação e afiliação intelectual com o seu período. Na sequência, o mesmo será feito tendo como foco à Escola Institucional. Após isso, será construída uma leitura institucionalista a respeito da obra dos economistas clássicos.

² Aqui podemos citar grandes acontecimentos históricos que foram desencadeados pelos mais diversos aspectos de seus respectivos períodos, como por exemplo, o iluminismo, a revolução industrial, a revolução científica, o pragmatismo filosófico clássico, etc.

1 – A ECONOMIA CLÁSSICA: UMA ANÁLISE PARADIGMÁTICA DOS PENSADORES E DE SUAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

O cenário em que emerge a Escola Clássica é, sem dúvida alguma, determinante para o surgimento da vida moderna. O consumo de subsistência abre espaço a um novo estilo de vida em que o consumo agora se dá em um mercado. Afinal, o surgimento de uma economia de mercado não só gerou a possibilidade para o discurso econômico, como também gerou a necessidade de um (Cerqueira, 2001). A partir desse momento, a vida humana começa a caracterizar-se apenas como mais um bem em um complexo sistema econômico de trocas, majoritariamente monetárias. Relembremos que os principais acontecimentos que formataram profundamente o cenário no qual a Economia Clássica emergiu foram: a revolução científica, a revolução industrial e o iluminismo. Sendo que, a revolução científica influenciou a lógica da Economia Clássica devido ao estabelecimento do paradigma científico newtoniano, a revolução industrial marcou o momento histórico que testemunhou o advento da Economia Clássica devido à intensificação produtiva-comercial que tal revolução ofereceu e, o iluminismo ofertou para a análise Econômica Clássica a habilidade do raciocínio humano e o conceito de ordem natural.

Pode-se assumir que o acontecimento que marcou o surgimento da Economia Clássica fora a publicação do livro *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, originalmente publicado em 1776, seguido das publicações de David Ricardo e Thomas Malthus. Portanto, podemos associar Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus como os principais expoentes da Economia Clássica³.

1.1 – Os Clássicos: Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo

Smith (1723-1790), em sua grande obra, *A Riqueza das Nações* (1996), defende que o auto interesse dos agentes econômicos conduz a organização do sistema econômico. E, segundo o mesmo, a divisão do trabalho gerou uma especialização da produção que aumentou não somente o número de bens em circulação na economia, mas também a necessidade de troca (Smith, 1996). Então,

³ Também é possível notar associações de Karl Marx ao classicismo. No entanto, para fins desse estudo, será considerado que Marx foi o fundador da economia marxista.

os agentes econômicos tornaram-se capazes de produzir uma parte ínfima do necessário para a subsistência. Logo, a troca tornou-se fundamental. Trata-se de uma colaboração alheia não focada em um sentimento de coletivismo, mas sim na busca pelo interesse próprio (Harpham, 2000). Com base nessa ideia, a quantidade de agentes econômicos que desejam adquirir um bem e o número de ofertantes do mesmo bem, negociava tal produto ao que Adam Smith chamava de preço de mercado.

Para Smith (1996), o preço de mercado de um determinado bem orbita o seu preço natural – o preço suficiente para pagar as taxas naturais de salários, lucro e renda da terra para a produção do bem. Para o produto ser negociado no mercado, deve haver uma demanda efetiva por tal. Ou seja, a demanda efetiva é a demanda suficiente para colocar o produto no mercado ao preço natural (Smith, 1996)⁴. Se existir um número de demandantes maior do que a demanda efetiva, os demandantes competem entre si visando o consumo do bem o que culmina no aumento do preço de mercado do mesmo. Caso o número de demandantes seja inferior à demanda efetiva, o preço de mercado do bem cairá, devido à mesma lógica. Esse mecanismo explica o preço de mercado gravitar em torno do preço natural⁵. Em *A Riqueza das Nações*, esse ajuste da produção do sistema econômico via mercado, foi imortalizado pela literatura econômica sobre o tema como a regulação do mercado via “mão invisível”, mesmo esse termo tendo sido utilizado pouquíssimas vezes.

A utilização da mão invisível pode ser exemplificada com outra contribuição de Smith para a escola Clássica; a dinâmica dos capitais. Segundo Smith (1996), os setores da economia que apresentassem diferentes taxas de lucros entrariam em equilíbrio devido à procura dos capitalistas por maiores rendimentos, tendo em vista a perfeita mobilidade de capital e a perfeita transação de informações entre os agentes dessa economia⁶. A execução perfeita desses eventos seria responsável

⁴ Aqui deve-se evitar confusão entre a demanda efetiva de Keynes e a demanda efetiva de Smith. Keynes elabora seu conceito de demanda efetiva com o objetivo de confrontar à Lei de Say. Para Keynes, a decisão de investir viria somente após a identificação de uma demanda existente (demanda efetiva) que justificasse e indicasse o nível adequado de fatores a se investir. (Keynes, 1983; Klagsbrunn, 1996).

⁵ Nesse ponto, deve-se perceber que Smith trata o preço de mercado diferentemente do preço natural. Segundo Smith, o preço de mercado gravita em torno do preço natural, o que é, evidentemente, diferente de ser a mesma coisa.

⁶ Tais pressupostos não foram apresentados e defendidos nesses termos por Adam Smith. Porém, para execução de suas ideias, esses devem ser aceitos como verdadeiros e existem (está implícito). A formulação nesses termos só seria vista posteriormente, na Escola Neoclássica.

por uma equalização dos lucros de cada setor (lucro natural) e, conseqüentemente, levaria a uma equalização dos preços (preço natural), desse modo equilibrando o mercado como um todo (Stirati, 1995).

Devemos lembrar, também, que Smith foi responsável por outras enormes contribuições ao Pensamento Econômico Clássico, como a estruturação formal de uma teoria do valor, que veio a ser conhecida como a teoria do valor trabalho-comandado, onde a mesma baseava-se na justificativa de que a estrutura dos preços (renda da terra, lucro e salários) era a formadora do valor das mercadorias. Nesse último ponto, costumeiramente, Smith é “acusado” de ter confundido os conceitos de riqueza e valor que, *a posteriori*, será revisada pelos seus sucessores da Escola Clássica (Coutinho, 1990).

Seguindo a cronologia, temos Thomas Malthus (1766-1834), o economista clássico que fora responsável pela crítica a conceituação de trabalho de Smith devido a não diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo (Malthus, 1996). Segundo o mesmo, o primeiro se associa a produção de riqueza material e o segundo diz respeito a atividades socialmente desimportante com papel social associado apenas ao consumo.

Malthus (1996) apresenta uma conceituação, levemente diferente da definição smithiana para preço natural, incorporando os custos de produção ao seu conceito. Ao destacar os custos de produção, Malthus fornece especial ênfase para o recurso terra (Lenz, 2008). Para Malthus (1996), a quantidade de terra é um recurso dado e a quantidade de terras produtivas é limitada, existindo uma escassez, mesmo que relativa, de terras férteis – Malthus (1996) chamou esse fenômeno de monopólio parcial.

É válido lembrarmos também que, para Malthus (1996), o valor da mercadoria era o valor de uso. O valor de troca seria o resultado da vontade e capacidade de trocar uma mercadoria pela outra. Nesse caso, a quantidade de uma mercadoria, ou melhor, o quanto vale essa quantidade se baseia no desejo de possuí-las e na dificuldade de obtê-las. Pouco a pouco se estabelece o valor de uso corrente dos objetos. Dessa forma, cada mercadoria é capaz de medir o valor de troca de todas as outras, assim como, por sua vez é medida por elas e os metais preciosos tornaram-se a quantidade de referência. Malthus não nega que seria importante conhecer o valor real dos bens, mas admite a impossibilidade de

conhecê-los. Nesse contexto, o que guia o comportamento do capitalista é o preço, ou seja, o que será recebido pela venda do bem.

O preço é determinado pela interação da oferta com a demanda de acordo com a lógica de Malthus. No entanto, o mesmo destaca que é importante considerar diferentes condições que devem ser satisfeitas, a fim de que uma mercadoria qualquer possa continuar sendo comercializada: (i) o trabalho empregado deve ser remunerado pelo valor dos objetos de troca (sem a remuneração adequada a oferta será insuficiente); (ii) a auxílio a ser dado ao trabalhador pela acumulação anterior de objetos que facilitam a produção futura deve ser remunerado de modo a manter sua utilização na produção das mercadorias requisitadas; e (iii) o preço das mercadorias deve garantir a oferta contínua de alimentos e matérias-primas utilizadas pelos trabalhadores e pelos capitalistas. Esse preço não pode ser pago sem produzir uma renda para o proprietário em quase todas as terras efetivamente em uso. Para Malthus (1996), esses elementos estabeleceriam o preço necessário das mercadorias.

Devemos salientar que o grande cenário da atuação intelectual de Malthus fora, sem dúvida alguma, a escassez dos meios de subsistência frente ao crescimento populacional. Segundo Malthus (1996) a população cresce em proporções geométricas enquanto os meios de subsistência crescem em proporções aritméticas. Logo, a população estaria fadada a fome e a miséria. Porém, para esse problema, Malthus sugerira dois mecanismos de ajuste: (i) obstáculos preventivos, onde não há a procriação livre e “abundante” do ser humano, principalmente nas famílias de melhor consciência e formação cultural por temerem baixas em suas qualidades de vida; e (ii) obstáculos positivos, onde seriam considerados normais os mecanismos de dizimação populacional, como por exemplo, as guerras, doenças, fome etc., onde esses seriam responsáveis pelo equilíbrio entre meios de subsistência e crescimento populacional. Por tal motivo, Malthus acreditava (e defendia) que a população estava em um constante estado de subsistência, pois esse seria o “freio natural” da superpopulação e, responsável por reduzir a discrepância entre os recursos necessários (e escassos) à vida humana frente ao crescimento populacional (Coutinho, 1990)⁷.

⁷ Encarando a tais ideias do pensamento malthusiano, entende-se a constante crítica do mesmo aos ideólogos Godwin e Condorcet, os quais defendiam o acesso igualitário aos meios de subsistência para toda a população e apontavam as instituições sociais como as responsáveis pelas desgraças da

O último economista clássico que aqui será trabalhado – David Ricardo (1772-1823) – contribuiu com o reconhecimento de que utilidade não é medida do valor de troca, embora seja essencial para a troca. Segundo Ricardo (1982), as mercadorias deveriam ter utilidade para ser colocadas no mercado, mas essa utilidade não estabelecia o valor das mesmas. Para ele, as fontes de valor de troca são a escassez dos bens e o trabalho incorporado nos bens. A escassez se pauta na raridade do produto como elemento que elevava o seu valor muito além do trabalho necessário para a sua produção. Já o trabalho incorporado estabelece o valor de troca, o aumento da quantidade de trabalho aumenta o valor da mercadoria e toda a redução da quantidade de trabalho reduz o valor da mercadoria. Essa ficou conhecida como a teoria do valor trabalho-contido.

Na lógica de Ricardo (1982), não somente o trabalho importa para a produção de mercadoria e o seu valor. O capital também possui um papel central, assim como a renda da terra (Lenz, 2008). Para Ricardo (1982), a renda da terra existe, pois: (i) a quantidade de terra é limitada; (ii) não há uniformidade na qualidade; e (iii) há crescimento populacional. Logo, se as terras férteis da nação são abundantes não haverá renda da terra. No entanto, com o desenvolvimento da sociedade, as terras mais férteis são ocupadas rapidamente e terras de qualidade inferior a melhor terra da nação são utilizadas para o cultivo. Desse modo, existirão terras com faixas de fertilidades diferentes – fertilidade primária, fertilidade secundária e etc... Fertilidades heterogêneas demandam heterogeneidade na aplicação de capital para a produção. Então, o capital é aplicado mais produtivamente nas terras superiores, essa diferença de produtividade gera a renda da terra, que pode ser compreendida como o pagamento pela utilização de um recurso mais produtivo.

Logo, pode-se afirmar que Ricardo considerou o retorno marginal decrescente da utilização do fator de produção terra. Nesse contexto, se o objetivo é o mesmo nível de produto, mais capital (e/ou trabalho) devem ser empregados nas terras menos produtivas. O capital empregado na terra menos produtiva não pagará renda, mas implica na renda paga pela utilização das terras mais produtivas. A

humanidade, respectivamente (Coutinho, 1990). Pois, segundo Malthus, a acessibilização de alimentos a todos acarretaria no estímulo a superpopulação, agravando ainda mais o problema da humanidade. E, no mesmo sentido, Malthus também divergia da ideia de que as instituições seriam as responsáveis pela desgraça humana, pois, segundo ele, o ser humano seria o próprio responsável pela sua desgraça, principalmente pela sua extrema facilidade de reprodução e por todos os vícios que aderira durante sua vida. (Coutinho, 1990).

mesma lógica implica para explicar o aumento do preço dos produtos agrícolas com o desenvolvimento da sociedade. O emprego de mais capital e/ou trabalho para produzir na terra menos produtiva implica nesse aumento. É importante destacar que o produto agrícola não encarece por causa do pagamento da renda da terra, mas ao contrário, a renda é paga porque o produto agrícola se torna mais caro.

Podemos observar então que, Ricardo fora convergente com a teoria da população e da renda da terra de Malthus, para nos apresentar o surgimento e os motivos de diferenciação das rendas, bem como para nos apresentar a equalização dos lucros dos investidores nessas terras que, segundo Ricardo ocorreria de acordo com a taxa de lucro da terra mais marginal dessa economia (Stirati, 1995). Valido lembrar que o argumento da inexistência de diferentes taxas de lucros converge para a não migração de capitais entre as diferentes terras dessa economia. Ou seja, mesmo havendo diferenciação entre fertilidades das terras e diferentes aplicações de capital e/ou trabalho, o equilíbrio surgiria.

1.2 – O Paradigma Científico Newtoniano

Até então pudemos obter uma noção bastante sucinta dos trabalhos intelectuais dos principais nomes da Escola Clássica. Portanto, obviamente muitas de suas contribuições ficaram de fora dessa apresentação, bem como o que fora apresentado não sofrera uma observação a nível analítico-minucioso. Até aqui, nosso objetivo era, de maneira bastante prática, apresentar aos principais pontos de abordagem daqueles pensadores da escola para que, a partir de agora, possamos estabelecer uma análise de suas ideias e conclusões a respeito dos temas quais os mesmos buscaram desenvolver. Tal análise se dará frente a uma melhor percepção temporal da escola Clássica visando evitar qualquer tipo de anacronismo analítico, bem como buscar por justificativas que vieram a ser determinantes do Pensamento Clássico.

Considerando o contexto da revolução científica, podemos observar que as ideias da Escola Clássica do Pensamento Econômico surgiram emergidas em um grande contexto intelectual que propunha uma abordagem holística dos estudos científicos desenvolvidos a época (Hamilton, 1953). Ou seja, via-se a necessidade de fragmentar os objetos de estudos para que pudesse se entender ao todo, como um organismo inter-relacionado, partindo do método racional dedutivo.

Especificamente a partir dessa fragmentação (taxonomia dos elementos econômicos) dos estudos científicos surge a necessidade e a possibilidade da formação de um discurso econômico autônomo, como fora o discurso da Escola Clássica (Cerqueira, 2001).

Inerte a essa percepção científica encontrava-se o físico inglês Sir Isaac Newton como o pensador detentor de uma das maiores influências entre cientistas e filósofos da natureza. Principalmente pela relação mecanicista e seus estudos de astronomia provenientes da revolução científica do século XVII, a qual Newton fora grande personagem (Tyson, 2014). Adicionalmente, segundo Hamilton (1953), toda a era do iluminismo foi dominada por aspectos metodológicos “físico-matemáticos”, bem como pelas duas principais ideias do século XVIII, a natureza e a razão. Através dessas percepções foram desenvolvidos conceitos que levaram a tentativa de um estudo físico da estrutura social.

Tal ponto de vista físico do comportamento humano em sociedade levou o pensamento da Economia Política Clássica a uma percepção mecânica das mudanças sociais, onde alterações nesse complexo sistema seriam facilmente e automaticamente identificadas, absorvidas e tenderiam a um reequilíbrio baseado nas forças de mudança social, que até então, acreditava-se que seriam tão fortes e onipresentes como as forças físico-mecânicas. Logo, partindo do pressuposto metodológico e paradigmático que ali baseava as ciências, podemos dizer que Adam Smith (e posteriormente os demais Clássicos) foram responsáveis por desenvolver uma teoria de mundo newtoniano, ou pelas palavras de Hamilton (1953, p.22): *“[t]he world of Adam Smith was a Newtonian one and like his contemporary philosophers he accepted the social order of his day as a naturally self-equilibrating one”*.

Partindo de uma análise dos pontos apresentados anteriormente a respeito da Escola Clássica do Pensamento Econômico, podemos observar a uma série de elementos que confirmam a ideia da predominância do paradigma científico newtoniano durante esse período. Seguindo a ordem de apresentação, podemos notar a percepção de equilíbrio natural expressa por Smith, principalmente referente a alterações mecânicas da estrutura do mercado em que, tais alterações mecânicas, rodeavam a um determinado equilíbrio de “preço natural”. Seguindo para Malthus podemos notar a mesma percepção de equilíbrio encontrada em Smith, porém agora retificada em aspectos que o mesmo considerava importantes, como a diferenciação

entre trabalho produtivo e improdutivo. Ainda, observamos também, a apresentação do principal tema de estudo de Malthus, o crescimento populacional e a escassez de meios de subsistência que conseqüentemente acarretaria na desgraça humana, onde mais uma vez podemos perceber a incapacidade de se observar uma abertura à mudanças oriundas de fatores exógenos, ainda nos mantendo presos em mudanças mecânicas, simultâneas e previsíveis. Finalizando com Ricardo observamos mais uma vez uma condição de equilíbrio a ser respeitada frente a determinantes da estrutura socioeconômica. Ricardo incorpora em sua teoria os aspectos smithianos e malthusianos de maneira amadurecida, o que lhe confere um discurso muito mais rico no aspecto argumentativo, porém ainda refém do paradigma newtoniano praticado por Smith e Malthus.

In sum, the orthodox political economy which came out of the eighteenth century was Newtonian in outlook. It was ever since borne the Newtonian stamp, and this is especially true in its acceptance of the Newtonian mechanical concept of change. This was true of the earliest formal presentation of an elaborate body of economic doctrine by Adam Smith. It is no less true of the present-day classical economics. (Hamilton, D. 1953. P. 24)

À frente, tal percepção newtoniana do mundo Clássico voltará a ser discutida nesse trabalho, porém contrastada com outra perspectiva. Por momento, mantenhamos essas ideias frescas em nossas mentes.

Partindo agora para uma análise contextual-histórica do Pensamento Clássico, podemos observar às reflexões iluministas que vieram com o objetivo de melhor entender a natureza humana. Existe uma dificuldade de se determinar com exatidão o surgimento e o término do período iluminista. Tal dificuldade baseia-se principalmente pela caracterização desse período não como um movimento único, mas sim pelo conjunto de vários “mini-iluminismos” em diferentes países da Europa. Dentre esses podemos identificar o Iluminismo Escocês, o qual fora o principal influenciador da Escola Clássica, através de Adam Smith (Cerqueira, 2006).

Mesmo com a existência de vários “mini-iluminismos”, podemos generalizá-los como o período iluminista devido ao fato de todos partirem do mesmo objetivo/anseio principal, mesmo possuindo características diferentes na periferia de seus intelectos. Os iluministas identificavam o homem possuidor da capacidade de tornar o mundo um lugar melhor, principalmente através do engajamento político-social e com o exercício das capacidades humanas livres de antigos preceitos. O

iluminismo buscava o exercício da razão através da desconexão do conhecimento científico humano dos aspectos religiosos opressores e intolerantes (Reil, 2004).

O iluminismo representa a saída dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Tutelados são aqueles que se encontram incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem. É-se culpado da própria tutela quando esta resulta não de uma deficiência do entendimento, mas da falta de resolução e coragem para se fazer uso do entendimento independentemente da direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem para fazer uso da tua própria razão! - esse é o lema do iluminismo. (KANT, I. 2008. P. 11)

Dentre as conexões citadas anteriormente, podemos observar aqui o papel importante da revolução científica, onde mais uma vez as relações mecanicistas provenientes dos estudos do século XVII foram de grande importância na inspiração iluminista. Nesse ponto a filosofia consegue ampliar o seu entendimento da presença de leis e fenômenos naturais que, como já vimos, foram levados aos estudos sociais. Confirma-se, então, que tal percepção fora determinante no Pensamento Clássico, pois mais uma vez nota-se um olhar equilibrista-naturalista da sociedade e das relações econômicas.

... The social sciences in the Age of Enlightenment were 'almost completely under the domination of the physio-mathematical method', and the 'two leading ideas' of the eighteenth century, Nature and reason, ... derived their meaning from the natural sciences, and carried over to man, led to the attempt to discover a social physics. (Hamilton, D. 1953. P. 19)

A respeito das adesões específicas da escola Clássica em relação ao iluminismo podemos observar a percepção do indivíduo em sua natureza e, somada a essa percepção, era dada grande ênfase ao hedonismo, onde os indivíduos buscariam egoicamente por suas "felicidades" (Hamilton, 1953)⁸. Porém, para que o indivíduo pudesse se "encontrar junto à natureza", o mesmo não poderia estar sujeito às restrições da sociedade do século XVIII, desse modo convergindo para o liberalismo que tanto fora pregado junto à Escola Clássica do Pensamento Econômico⁹.

⁸O hedonismo pode ser entendido como uma doutrina moral em que a busca pelo prazer individual caracteriza-se como o único sentido da vida. Segundo o hedonismo filosófico (do Iluminismo), esse prazer individual poderia ser amplamente entendido como a felicidade egoística do próprio indivíduo.

⁹A respeito das restrições impostas à sociedade durante esse período, bem como ao conservadorismo religioso, podemos atentar a um trecho de uma carta de Voltaire enviada a

Buscando por resumir o iluminismo na escola Clássica, podemos chegar à constatação de que o mesmo contribuíra para o reconhecimento da natureza humana como determinadora dos equilíbrios sociais e econômicos. Partindo dessa percepção, podemos notar pontos que convergem com os aspectos ideológicos Clássicos que anteriormente foram apresentados. Na apresentação de Smith, por exemplo, podemos observar a convergência do mesmo para o aspecto de equilíbrio natural da mão invisível, dada a percepção egoísta do homem. Em Malthus, podemos observar a incapacidade da autogestão humana frente ao problema da superpopulação e a escassez dos recursos de subsistência, dado também o aspecto egoísta do homem e sua incontrolável paixão pelo sexo oposto, bem como seus vícios aderidos durante a vida. Tendo Ricardo sido adepto tanto das teorias smithianas quanto das teorias malthusianas, é mais do que “natural” encontrarmos aos mesmos preceitos e princípios teóricos em seus estudos.

É observável a miscigenação dos acontecimentos durante todo esse período. Torna-se praticamente impossível segregarmos os acontecimentos do século XVIII em fatos isolados. Muito pelo contrario, tratam-se de acontecimentos desencadeados uns pelos outros. Tais desencadeamentos prosseguem até a potencial “saturação” da Economia Clássica no fim do século XIX passando por outros pontos de grande importância para a construção ideológica dessa escola, como, por exemplo, a revolução industrial e a revolução francesa¹⁰.

Rousseau em agosto de 1755, onde o mesmo queixa-se das perseguições que sofrera devido a sua grande exposição como filósofo e escritor que compartilhava seus pensamentos livremente e defendia os ideais iluministas. Segundo Voltaire:

*Se alguém pode queixar-se das letras, sou eu, já que em todas as épocas e lugares elas serviram para me perseguir. Mas é preciso amá-las, a despeito dos abusos cometidos; assim como é preciso amar a sociedade, da qual os mesquinhos corrompem as delícias; como é preciso amar a pátria, por mais injustiças que nos aflija; como é preciso amar o Ser supremo, malgrado as superstições e o fanatismo que tão amiúde desonram seu culto.*⁹ (VOLTAIRE, 1755 Apud Telles, A. & Bastos, J., 2011. P. 183)

¹⁰ Tais revoluções ganham destaque tímido junto a este trabalho devido ao fato de serem localizadas como periféricas no âmbito intelectual do Pensamento Clássico. Primeiramente tendo em vista a Revolução industrial, podemos ver a mesma como uma aplicação prática dos discursos Clássicos, principalmente a respeito da produtividade e liberalismo econômico, onde encontram-se aspectos notáveis (principalmente) do discurso smithiano, desse modo, mostrando-se como uma revolução de seu tempo e contexto. Segundamente, a revolução francesa mostrou-se como um contraponto ideológico dos argumentos do discurso clássico. Nesta buscava-se pela liberdade, igualdade e fraternidade, visivelmente contrapondo-se (principalmente) ao discurso malthusiano da incapacidade de autogestão humana.

Durante todo o período de predominância do pensamento Clássico podemos observar a gigantesca convergência entre o discurso econômico e o paradigma científico vigente. Adiante tal paradigma mostra-se contestado pelo seu “potencial substituto”, mas, ainda assim, segue perpetuado pela escola Neoclássica que agora seria contraposta pela escola Institucional baseada no paradigma científico darwinista¹¹.

¹¹ A perpetuação do paradigma newtoniano junto à Escola Neoclássica não será aqui trabalhada. Porém, é merecido o destaque da existência dessa perpetuação, principalmente para que fique clara a necessidade do entendimento da leitura dos Institucionalistas a respeito dos Clássicos (Item 3 dessa monografia).

2 – A ECONOMIA INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE PARADIGMÁTICA DOS PENSADORES E DE SUAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

Da mesma maneira que fora apresentada a Escola Clássica, agora buscamos por ser introduzidos junto à Escola Institucional, procurando por entender seus principais pontos.

De uma forma bem geral, a EIO pode ser interpretada como uma abordagem econômica que analisa a tomada de decisão baseada no papel das instituições, hábitos e suas evoluções (Hodgson, 1998). Em um ambiente intelectual – como o da ciência econômica no início do século XX – que, podemos dizer, foi dominado por uma abordagem da tomada de decisão autocentrada e otimizadora pautada em análises de equilíbrio e estática comparativa, a Economia Institucional era oferecida como uma alternativa.

Thorstein Veblen (1857-1929) contribuiu com a EIO no âmbito de análise do comportamento humano frente à percepção coletiva, onde o comportamento coletivo tem a capacidade de interferência no comportamento individual. Veblen argumenta que esses seriam desdobramentos dos hábitos. Ou seja, instituições são generalizações de hábitos. Partindo dessa ideia, Veblen foca seus estudos majoritariamente na busca pelo entendimento da necessidade de emulação gerada, principalmente, pelo glamour pecuniário. E em sentido semelhante John Commons (1862-1945) foi um dos primeiros formuladores de um conceito de instituições. Embora sua definição sofra críticas de se deter apenas às instituições formais – como leis, governos e sindicatos – é possível identificar elementos centrais da análise institucional em sua definição, tal como a regularidade, restrições e incentivos à ação individual.

2.1 – Os Institucionalistas: Thorstein Veblen e John Commons

Voltando nossas atenções a Thorstein Veblen, devemos lembrar que embora o mesmo seja considerado um dos fundadores da EIO, a sua abordagem institucional para o funcionamento do sistema capitalista de produção é ligeiramente diferente da perspectiva de Commons¹². Para Veblen (1898; 1906), instituições são desdobramentos dos hábitos de pensamento, ou seja, instituições representam a

¹² Como veremos abaixo.

generalização social dos hábitos de pensamento coletivamente compartilhados. Como hábitos e instituições evoluem são temas centrais dos escritos de Veblen (Rutherford, 1984).

Para Veblen (1899), o sistema capitalista e sua posse pessoal de propriedade são resultados da evolução de hábitos predatórios de vida em sociedade. Esses hábitos predatórios e exploração entre diferentes classes sociais geram uma sociedade estratificada na qual a classe social superior, em termos materiais, é conhecida como classe ociosa (Veblen, 1899; Almeida, 2015). A classe ociosa recebe essa denominação, pois não ocupa postos de trabalho associado com tarefas industriais e o seu consumo é pautado na aquisição dos melhores bens presentes na sociedade. Postos de trabalho e bens associados à classe ociosa são compreendidos como honrosos e nobres pelos demais membros da sociedade. Essa é a essência da emulação na obra de Veblen. Para Veblen (1899), a característica o consumo capitalista é a essencialmente conspícuo.

Os hábitos possuem uma enorme presença na teoria vebeliana e, devemos entender aos hábitos não como rituais ou repetição (Hodgson apud Almeida, 2014), mas sim como um mecanismo inconsciente que interfere no comportamento humano de acordo com determinado aspecto conjuntural, o qual determinará a execução ou não desse hábito. Em melhores termos, os hábitos são comportamentos submergidos inconscientemente na tomada de decisão frente a determinados ambientes e/ou contexto (Hodgson, 2004b). Outro fator importante de ser entendido ao se estudar os hábitos de acordo com a teoria vebeliana, é a repetição de determinado comportamento. Através dessa, seja por algum tipo de imposição, norma, ou até mesmo tendência cultural, esse comportamento tenderá a se tornar um hábito inconsciente no futuro. Esse hábito inconsciente poderá ser despertado no futuro quando esse indivíduo for novamente exposto a esse contexto.

Outro conceito bastante importante na teoria vebeliana é a emulação. Segundo a teoria de Veblen, a emulação corresponde à ação de emular determinado comportamento visando uma projeção conspícua na sociedade (Almeida, 2015; Almeida, 2014). Na sua obra *A Teoria da Classe Ociosa* (1899), Veblen remete a emulação do indivíduo ao seu aspecto pecuniário, ou seja, o indivíduo viria por emular o seu comportamento visando parecer pertencer a uma classe social superior a que ele realmente faz parte. Para tal, Veblen salienta que a existência de um sistema propriedade privada estimula e possibilita que as posses

sirvam como um reflexo do sucesso social e, portanto, os indivíduos buscariam por emular constantemente um comportamento pecuniário superior (Veblen, 1983).

De acordo com Veblen (1899; 1914), a emulação não se manifesta somente naquilo que se deseja consumir, mas também na execução das tarefas laborais. A mesma lógica institucional que implica no consumidor conspícuo também gera indivíduos dotados de um instinto do trabalho eficiente (Veblen, 1899; Veblen, 1914). O instinto do trabalho eficiente (*workmanship*) se baseia na busca pela melhor execução possível das tarefas laborais visando como retorno ganhos pecuniários (Veblen, 1914; Rutherford, 1984; Almeida, 2015)¹³. Dessa forma, os tomadores de decisão, na abordagem vebleniana, pautam suas ações pecuniariamente. Isso vale não somente para o trabalhador assalariado, mas também para o empresário. Afinal, o empresário utilizará o poder a sua disposição, sendo este econômico, político, religioso, etc...

Portanto, o sistema econômico para Veblen é composto por indivíduos em condições diversas para influenciar nesse sistema (Rutherford, 1984). Quando um indivíduo possui poder suficiente para imputar os seus interesses dentro do escopo institucional em prol de ganhos pecuniários, esse indivíduo o fará (Veblen, 1919). Dessa forma, instituições do sistema capitalista são compostas por interesses daqueles que conseguem inseri-los nas mesmas. Consequentemente, agir de acordo com os hábitos e instituições é preservar o sistema capitalista.

Já, para John Commons (1931), a relação social resultante das instituições é um *status* econômico, consistente com as expectativas relacionadas à direção do comportamento econômico do indivíduo. Do lado da obrigação e do dever está o status de conformidade à ação coletiva. A pessoa “pode” ou “não pode” porque a ação coletiva “irá” ou “não irá” partir em seu auxílio. A pessoa “deve” ou “não deve”, porque a ação coletiva irá, ou não, compeli-lo. A pessoa “pode”, porque a ação coletiva permitirá e irá protegê-lo. A pessoa “não pode”, porque a ação coletiva irá frustrá-lo (Commons, 1931; Guedes, 2013). É por meio desta corroboração de comportamento que a aplicação de regras (*working rules*) é apropriada para indicar o princípio universal da causa, efeito ou propósito, comum a toda a ação coletiva. A aplicação de regras está continuamente mudando de acordo com a história de uma

¹³ Segundo Almeida (2015) os instintos Vebelianos são impulsos incorporados no processo cumulativo de mudança institucional que, ao contrario do instinto tratado em senso comum, se absorvem aspectos externos ao indivíduo. Ou seja, são hábitos fortemente enraizados na tomada de decisão.

instituição, e se diferem conforme as instituições se diferenciam (Rutherford, 1983). Mas independente das suas discrepâncias, elas possuem as suas similaridades que indicam o que um indivíduo pode, deve, ou talvez possa fazer ou não. Então a ação coletiva é mais do que controle da ação individual, representando também a liberação da ação individual (Commons, 1931).

Para Commons (1931; 1950) o institucionalismo é uma relação entre tomadores de decisão, mas a unidade de análise da EIO mais microanalítica que existe é transação. Logo, a relação entre os agentes econômicos que implicam na organização do sistema econômico correspondem à lógica estabelecida para a realização de tais transações (Guedes, 2013; Pessali & Fernandez, 1999). De acordo com Commons (1931; 1950), a lógica da transação corresponde a três tipos distintos de transações, a saber: transações de barganha (*bargaining transactions*), transações de administração (*managing transactions*) e as transações de racionamento (*rationing transactons*). Os participantes de cada uma destas são controlados e deliberados pela força da aplicação das regras (*working rules*) de um tipo particular de moral, de caráter econômico ou político em questão. Tais elementos moldam a organização do sistema econômico.

As transações de barganha (*bargaining transactions*) derivam da fórmula familiar de mercado, que no período de negociação, antes das trocas dos bens, consiste em pelo menos dois compradores e dois vendedores no mercado. Os outros são potenciais. Fora dessa fórmula, surgem quatro relações de possíveis conflitos de interesses, sobre os quais as decisões das cortes têm construído quatro classes de aplicação das regras (*working rules*). As transações de administração (*managing transactions*) são aquelas pelas quais a riqueza propriamente dita é produzida, do superior para o inferior. Aqui o princípio fundamental é a eficiência, e a relação é entre as duas partes, no lugar das quatro partes da transação de barganha. O mestre, ou administrador, ou chefe, ou executivo, fornece ordens – o servo, ou trabalhador ou subordinado deve obedecer. Ainda que uma alteração na aplicação das regras (*working rules*), no curso do tempo, como modificação pelas novas ações coletivas de decisões da corte, possa destingir entre comandos razoáveis ou não, e desejabilidade de obediência ou não (Commons, 1931; 1950).

Finalmente, as transações de racionamento (*rationing transactons*) se diferem das transações de administração (*managing transactions*), pois o superior é um coletivo enquanto os inferiores continuam sendo indivíduos. Elas envolvem

negociações, de fato, mas na forma de argumentação, súplicas ou eloquências, por que elas atuam sob regras de comando e obediência no lugar de regras de igualdade e liberdade (Commons, 1931).

Ainda dentro da sua lógica institucional de organização do sistema econômico, Commons (1931 e 1950) destaca que toda a escolha, analisada, torna-se um ato tridimensional, o qual, como pode ser derivado dos assuntos surgidos na disputa, é naquele e ao mesmo tempo, um desempenho (*performance*), omissão (*forbearance*) ou fuga (*avoidance*). O desempenho é o exercício de poder exterior a natureza ou aos outros; a fuga é esse exercício em uma direção mais do que na próxima direção disponível; enquanto a omissão é o exercício do poder, não em sua forma total em uma crise, mas um exercício de um grau limitado de um possível poder moral, físico ou econômico. Então a omissão é o lócus limite do desempenho; o desempenho é o desempenho atual; e a fuga é a alternativa de desempenho rejeitada ou evitada – todas ao mesmo tempo (Commons, 1931 e 1950).

2.2 – O Paradigma Científico Darwinista

O artigo *The Institutional Approach to Economic Theory*, de Walton H. Hamilton (1919), foi o primeiro a utilizar o termo “Economia Institucional”, mesmo que esse já houvesse sido cunhado nos anos finais do século XIX. Em 1899, Thorstein Veblen já havia publicado sua principal obra *A Teoria da Classe Ociosa*, que posteriormente veio a ser um dos maiores ícones da EIO, mas até então, não nesses termos. E, em 1934, foi publicada a obra *Economia Institucional* de John Commons dando ainda mais ênfase à Escola Institucional, principalmente explicitando a necessidade da observação das complexas relações sociais-antropológicas junto aos estudos de economia.¹⁴

Podemos observar que o surgimento da EIO deu-se num período bastante específico, principalmente se voltarmos novamente nossas atenções ao paradigma científico vigente. Pouco menos de 50 anos antes do início das movimentações

¹⁴ Mesmo a publicação de *A Teoria da Classe Ociosa* (Veblen) ter ocorrido antes da publicação de *The Institutional Approach to Economic Theory* (Hamilton) – artigo que consolidou a escola de Economia Institucional – a obra de Veblen faz parte do hall institucional, porém até então não possuía esse enquadramento. Tal título foi dado a Hamilton devido à organização e cunhagem da ideia de instituições bem como a apresentação desse conceito junto à economia, mas devemos saber que a ideia não era inédita, pois como vimos acima, Veblen já havia publicado uma abordagem sobre essa perspectiva.

teóricas a respeito da Economia Institucional, havia sido publicado um grande estudo que viria por revolucionar o nosso modo de ver a ciência. A publicação de *A Origem das Espécies* (1859) de Charles Darwin foi um grande avanço junto à percepção da ciência e até mesmo do mundo ao nosso redor. Enquanto, antes a teoria econômica ainda se via presa a certos preceitos imutáveis e concepções de ordem naturalista, agora se encontrava em um paradigma que explica o mundo através de um movimento de mudança e transformação que está constantemente em um processo de seleção (Hamilton, 1953). Logo, uma percepção de “capacidade de adaptação” começa a ser destacada junto aos estudos científicos, inclusive em economia.

A esse respeito, David Hamilton é enfático quando diz que da mesma maneira que o paradigma científico newtoniano foi dominante junto ao século XVIII – no desenvolvimento da Escola Clássica – o paradigma científico darwinista fora influenciador no século XIX, no desenvolvimento da EIO.

Institutionalism is a product of the Darwinian climate of opinion of the late nineteenth century. Darwinism has colored twentieth-century social thought just as Newtonianism colored eighteenth-century social thought, and the difference between institutionalism and the traditional economics can be largely explained by this difference in climate of thought. (Hamilton, D. 1953. p.25)

É de fácil observação a mudança no discurso econômico por parte da Economia Institucional, principalmente referente aos aspectos de ordem natural e a adesão ao pragmatismo. Direcionando a nossa análise aos dois principais autores dessa escola, os quais foram apresentados anteriormente, podemos observar características bastante convergentes ao paradigma darwinista.

Segundo Commons (2009), uma instituição se mostra clara se observarmos a relação de dependência do comportamento individual junto ao comportamento coletivo. Dessa forma, há uma forte dependência do indivíduo em relação ao seu ambiente, o que é determinante na tomada de decisão individual frente à perspectiva coletiva. Afinal, desse modo às pessoas serão coagidas a tomar certas decisões, executar certas atividades ou ainda, adotar certos comportamentos frente a determinados ambientes e/ou situações. Sendo essa uma das principais abordagens institucionais, devemos lembrar que o que leva as instituições a serem adotadas ou não, diverge entre os dois institucionalistas aqui estudados. Pela perspectiva de

Commons isso seria reflexo de uma seleção institucional artificial. E pela perspectiva de Veblen, isso seria reflexo de uma seleção institucional natural.

Segundo Commons (apud Guedes, 2013), o predomínio e/ou a mudança institucional ocorre através de um processo de seleção institucional artificial, tendo em vista que esse processo ocorre por deliberações coletivas do âmbito social das convenções humanas em evolução. Ou seja, há uma deliberação consciente que interpreta e institui aquelas práticas que são consideradas razoáveis (Guedes, 2013; Gonce, 1971).

Já pela perspectiva Vebleniana, da seleção institucional natural, a determinação desta se dá por regras de conduta e comportamento a serem aderidas frente a ambientes e situações específicos. Ou seja, os que melhor desempenharem esse comportamento junto à sociedade, conseqüentemente serão os que melhor se adaptarão e perpetuarão a esse mundo social, desse modo surgindo à ideia de perpetuação daqueles que melhor se adaptam ao ambiente – um fator muito forte junto ao paradigma darwinista (Veblen, 1998; Hodgson, 2004a)¹⁵.

Ainda sobre a adaptação ao ambiente, podemos conduzir a análise ao próximo institucionalista, Veblen. Conforme já brevemente apresentado anteriormente, Veblen fora o primeiro a publicar uma obra a respeito do estudo do comportamento individual como um reflexo do comportamento coletivo na perspectiva institucional. *A Teoria da Classe Ociosa* (1899) foi a obra em que Veblen melhor apresentou sua problemática de pesquisa; a emulação e a busca por ganho pecuniário. Veblen notou que a execução de hábitos coletivos no âmbito individual se caracterizava como a reprodução de determinado comportamento amplamente aceito pela sociedade. Com base nessa ideia, Veblen via a execução de hábitos e instituições como mecanismos de preservação do sistema capitalista. Afinal, se as instituições são os “manuais” de adequação ao cenário social e, estando as pessoas inseridas em um sistema de reprodução de capital e incentivo a consumo (como na virada do século XIX para o XX), aderir a instituições e apresentar certos hábitos

¹⁵ Neste parágrafo e no anterior, podemos observar a importância de aspectos históricos e antropológicos junto a teoria institucionalista. Afinal, os aspectos institucionais a serem adotados são fortemente determinados pelo ambiente cultural bem como pelas convenções aderidas por essa sociedade. Ou seja, podemos notar que cultura e convenções são partes determinantes das instituições (Neale, 1987). Porém, pela perspectiva de Veblen, os aspectos culturais e convencionais da sociedade não seriam, necessariamente, deliberadamente pensados e instituídos, ao contrário do que defendia Commons (Vide: Veblen, 1998; Hodgson, 2004a; Guedes, 2013; Gonce, 1971).

concernentes a essa ideia, converge com a manutenção do atual sistema social e econômico.

É válido lembrarmos que a perspectiva darwinista ou, “evolucionária”, na economia institucional provém principalmente da capacidade de adaptação, reestruturação e até mesmo da sobrevivência das instituições socioeconômicas, do mesmo modo que Charles Darwin apresentou a “evolução” em *A Origem das Espécies*. Não como uma característica referente à melhora constante, mas sim no sentido de mudança e adaptação.¹⁶ Outro aspecto importante de lembrarmos é o de que agora, com uma melhor percepção da estrutura socioeconômica, pode-se melhor entender as imperfeições dos mercados econômicos. Exatamente por isso, podemos caracterizar o pragmatismo e oligopólio americano do fim do século XIX e início do século XX como os principais determinantes do surgimento e amadurecimento do pensamento institucional.

O pragmatismo, quanto escola filosófica, teve sua origem no final do século XIX junto ao *Metaphysical Club*, liderado pelo filósofo Charles Sanders Peirce, pelo psicólogo William James e, pelo jurista Oliver Wendell Holmes Jr.

O pragmatismo possuía como objetivo entender os desdobramentos dos fatos procurando por efeitos que viriam por limitar as especulações, tornando o pensamento e o resultado os mais eficientes possíveis (James, 1948). Ou ainda, segundo William James:

The pragmatic method in such cases is to try to interpret each notion by tracing its respective practical consequences. What difference would it practically make to anyone if this notion rather than that notion were true? If no practical difference whatever can be traced, then the alternatives mean practically the same thing, and all dispute is idle. Whenever a dispute is serious, we ought to be able to show some practical difference that must follow from one side or the other's being right. (JAMES, 1948. P.94).

Em simples palavras, o pragmatismo nasceu com o objetivo de tornar as discussões filosóficas, que antes eram abstratas, em práticas. Principalmente baseado na ideia de que a filosofia e o pensar são os instrumentos para se obter

¹⁶ Nesse ponto é bastante comum que confusões emergem na discussão institucional. O sentido evolucionário é muitas vezes mal interpretado devido a um conceito torpe que é empregado a palavra “evolução”. Normalmente tal palavra é associada a uma melhora, porém, tal ideia trata-se de um equivoco. No sentido Darwinista (e também institucional) a palavra “evolução” remete a uma mudança e/ou reestruturação e adaptação de determinado aspecto, no caso da Economia Institucional, nos referimos às instituições.

respostas e não as respostas em si (James, 1984). Portanto, a partir dessa perspectiva, os grandes embates filosóficos que representassem alto nível de abstração e ínfimas reflexões eram vistos com maus olhos, principalmente devido a suas baixas utilidades práticas e difícil definição de resultados. É válido mencionar que o pragmatismo clássico fora a primeira escola de filosofia pós-darwiniana, o que acaba lhe dando um papel base bastante fundamental para aqueles que buscam por entender a filosofia humana numa perspectiva pós-evolucionária (Webb, 2007). Sendo esse o caso da Economia Institucional, podemos entender a essa base teórica como uma fusão bastante natural, conforme David Hamilton já nos antecipara anteriormente neste mesmo subitem.

Ao se observar a escola Institucional procurando por aspectos pragmáticos, nota-se primeiramente a importância dada à observação dos padrões de comportamento, seja através de instituições formais ou não (Hamilton, 1953). Tal característica não só converge com a abordagem paradigmática darwinista, como também abastece a perspectiva prática do estudo da sociedade como uma estrutura dinâmica e inerte em relações de influência. Afinal, tem-se aqui, ao contrario do caso Clássico, uma perspectiva indutiva e não dedutiva.

Segundo Dewey (apud Almeida, 2015) quando o individuo depara-se com algum tipo de dificuldade na tomada de decisão, o primeiro passo para lidar com essa dificuldade seria a observação. Isso ocorre devido aos indivíduos levarem em consideração a posição dos demais agentes da sociedade antes de decidirem seus comportamentos (Almeida, 2015). E, em convergência com essa ideia, Peirce destaca que a possibilidade de se aprender como se comportar depende das crenças e das dúvidas (Almeida, 2015). Para Peirce (1877, p. 113), “[o]ur beliefs guide our desires and shape ours actions”. O que leva a mais uma constatação da importância do ambiente social na tomada de decisão dos indivíduos.

Como pode ser visto pelos exemplos acima, a conexão entre a filosofia pragmática e o paradigma darwinista se dá de maneira bastante direta, afinal, como aqui já fora comentado, a filosofia pragmática clássica, fora a primeira escola filosófica pós-darwiniana. E ainda, sobre os supracitados exemplos, nota-se forte convergência com aspectos teóricos da Escola Institucional, como a relação do indivíduo e sua dependência com o todo social. Sobre esse aspecto em específico, William James é ainda mais incisivo, afirmando que qualquer sequencia de comportamento que é repetida frequentemente tende a se preservar. Ou ainda,

segundo Almeida (2015, p. 8): *“According to James (1890a), any sequence of behavior that is repeated frequently tends to be preserved. Hence, reinforced belief implies disseminated behavior in a society”*. Essa última passagem converge diretamente com o aspecto darwiniano do comportamento social e da formação de instituições, principalmente pela perspectiva Vebeliana da formação dos hábitos e instintos (Almeida, 2015).

Ou seja, é possível notar a convergência entre a Economia Institucional e sua percepção da estrutura social, com a metodologia da filosofia pragmática. Como deve ser lembrado, segundo Commons (2009), a Economia Institucional baseia-se na análise da ação coletiva em controle da ação individual e, segundo o mesmo, essa análise deve ser elaborada segundo a metodologia pragmática de ciência, como bem destaca Ramstad (1986).

The subject matter of economics, in Commons's view, is "collective action in control of individual action according to the evolving working rules of the various customs and concerns" [Commons 1934a, p. 655]. And those rules, Commons averred, can "be investigated by the pragmatic method of science" [Commons 1934a, p. 655]. (Ramstad, 1986)

Desse modo, é bastante perceptível a influência da filosofia pragmática exercida sobre a Economia Institucional vestida do paradigma darwinista, do mesmo modo que o Iluminismo pode ser caracterizado como influenciador dos pensamentos da Escola Clássica vestida do paradigma newtoniano. Sobre as divergências e diferenças interpretacionais dessas escolas em relação aos seus paradigmas e filosofias é dedicado o próximo item.

3 – UMA VISÃO INSTITUCIONALISTA DA ESCOLA CLÁSSICA: UMA INTERPRETAÇÃO *A POSTERIORI* E OS CONTRASTES PARADIGMÁTICOS

É interessante observarmos que a “visão institucionalista” da escola clássica apresenta uma diferenciação. No caso de John Commons, é perceptível um olhar de plausibilidade sobre teoria clássica, caracterizando-se quase como uma mera leitura, enquanto que pelo caso de Thorstein Veblen observa-se uma percepção de total aversão, apontando criticamente aos erros e inconsistências da mesma.

Commons (2009) destaca que houveram diferentes nascentes para o discurso Clássico, como por exemplo as inspirações teóricas que viriam por basear a abundância em Smith e a escassez em Ricardo e Malthus. Enquanto no primeiro caso observa-se uma convergência com a abundância da teoria de Quesnay, no segundo caso nota-se uma total convergência com as ideias de David Hume¹⁷. Tais características também foram seguidas pelas interpretações de Locke e Hobbes sobre Estado, indivíduo e propriedade (Commons, 2009).

Uma das principais discussões no âmbito da escola Clássica é o auto interesse, afinal, esse “sentimento” seria responsável por determinar o comportamento dos indivíduos. A respeito deste, Commons (2009) destaca que em Smith esse sentimento provém de uma beneficência divina, mesmo que muitas vezes essa ideia seja carregada de um aspecto que independe de consequências em um ambiente de egoísmo, caracterizando de certo modo uma teleologia moral. E, através dessa percepção, Smith teria interpretado um sentimento de mutualidade de interesses junto à sociedade, o que o mesmo veio a chamar de “senso de propriedade”. Através desse senso de propriedade e dessa percepção de auto interesse, Smith defende que inconscientemente, enquanto procura-se por promover auto interesse, o indivíduo está, também, promovendo o bem-estar social. Ou ainda, pelas palavras de John Commons (2009, p.159):

While Smith has sometimes been charged with exalting self-interest regardless of consequences, yet his idea of self-interest was, like that of Locke and Quesnay, subordinate to his idea of divine beneficence. It was this, that had planted in the human breast an instinct of mutuality of

¹⁷ Aqui podemos observar Thomas Malthus como um ponto de passagem entre a percepção de abundância para a percepção de escassez. Até então, na obra de Malthus a escassez tratava-se de uma espécie de “punição divina” pelos vícios humanos, sem tecer maiores comentários a respeito de produtividade e uso da terra. Tais elementos de discursos somente viriam na ótica teórica de David Ricardo (Commons, 2009).

interests, which he named the “sense of propriety”, and which, in turn, led to division of labor, exchange and earthly abundance. Self-interest was subordinate to self-sacrifice, in the unseen intentions of Providence. While consciously seeking to promote only his self-interest the individual unconsciously, guided by this divine instinct, like the bees in a hive, promotes the general welfare. If he thinks of it afterwards, it is – like a philosopher’s afterthought – only a pretense and a hypocritical justification of what his conscious selfishness had led him to do.

Independente da origem e/ou da justificativa filosófica (ou religiosa) que se busca para explicar a tal sentimento, Commons (2009) é enfático ao dizer que se Smith tivesse atentado à “mão visível”, antes da “mão invisível”, o mesmo teria observado que as leis, normas e convenções seriam responsáveis pela manutenção de tal sentimento. Ou seja, sem a percepção institucional da ação coletiva frente à ação individual (tanto no âmbito de libertação quanto de expansão), Smith não teria encontrado as razões pela qual a Inglaterra do século das luzes estava sendo caracterizada pela espécie humana tendo a capacidade de distinguir bens e trata-los como: “isso é meu”, “isso é seu”; “estou de disposto a trocar isso por aquilo” (Commons, 2009). Porém, mesmo com essa percepção, Smith ou qualquer outro clássico, não focou em nenhum aspecto institucional.

Outros temas muito importantes a serem entendidos no discurso smithiano, segundo Commons, é a percepção de liberdade, segurança, igualdade e propriedade. Commons (2009) destaca que a ideia de auto interesse e liberdade na obra de Smith não se assemelha completamente com o tradicional *laissez-faire* governamental, mas sim baseia-se no sentido legal apresentado e defendido por John Locke¹⁸. Sendo assim, o liberalismo smithiano previa a necessidade de um judiciário efetivo e independente que viria por defender, por exemplo, o direito de propriedade, de liberdade individual e de segurança (Commons, 2009). Ou seja, mais uma vez era necessária uma observação institucional que viria por basear o argumento clássico e, novamente, fora ignorada.

Smith meaning of self-interest was not completely that of a laissez-faire government; it was a common-law meaning of liberty, security, equality and property, enforced by the independent judiciary of John Locke. (Commons, 2009, P.164)

¹⁸ Edward Harpham de certo modo converge com Commons, salientando que mesmo a teoria de Smith podendo ser considerada como liberal, trata-se de um conceito bastante complexo de liberdade, como pode ser conferido em sua obra “*The Problem of Liberty in the Thought of Adam Smith*” (2000).

Considerando Malthus, é perceptível a rápida mudança no discurso. Segundo Commons (2009, p.247) “... *the divine abundance of Locke, Quesnay and Smith becomes the divine scarcity of Malthus*”. Converging com a perspectiva de David Hume, Malthus elabora sua problemática de pesquisa baseado na escassez dos meios de subsistência e, por consequência, a constante tendência ao fracasso da humanidade. Segundo Commons (2009), Malthus destaca que tanto a luxúria e a miséria tem a característica de remeter-nos em resultados maus, porém, a riqueza elevada (que leva a luxúria) e a pobreza elevada (que leva a miséria) são maus necessários para garantir que as classes médias permaneçam em luta constante para manter sua posição. Afinal, segundo Malthus (apud Commons, 2009), se não houvessem classes superiores e nem classes inferiores a classe media não almejaria o crescimento e não temeria o decréscimo, desse modo tornando-a ociosa e sem pretensão. Assim, Commons (2009, p.250) conclui: “*Thus Malthus, at the collapse of the Age of Reason, proclaimed the Age of Stupidity*”. Mais uma vez, cabe ressaltar que grande parte dessa mudança é oriunda da alteração na percepção dos recursos disponíveis, saindo do mundo da abundância entrando no mundo da escassez¹⁹.

Nota-se que Commons elabora uma leitura bastante semelhante para Malthus e Ricardo, inclusive dedicando um capítulo em que compara as contribuições teóricas de ambos os autores. Commons (2009) destaca que mesmo Malthus e Ricardo sendo grandes amigos, ambos discordavam em vários aspectos teóricos, ainda assim, suas preocupações e temas de interesse convergiam em muitos pontos. Portanto, nota-se que Commons tentou apresentar a suas teorias de maneira a contrasta-las assim podendo observar às convergências e divergências entre os autores.

Do mesmo modo que em Malthus, nota-se uma perpetuação da noção de escassez junto ao discurso de David Ricardo. Segundo John Commons (2009, p.

¹⁹ Em Malthus também nota-se a rápida menção de instituição em seus embates teóricos, mas também a total exclusão da mesma em seu discurso, indicando que tal percepção fora incompleta ou inconsciente. Observando ao grande embate entre Malthus e Godwin, por exemplo, nota-se que o aspecto central que ali estava sendo debatido era as instituições e a natureza humana frente ao comportamento e suas consequências no futuro da humanidade. Ou seja, um dos pontos centrais em tal discussão, baseava-se em responder a seguinte questão: os vícios e a miséria humana são fatores institucionais ou da natureza humana? Segundo Commons (2009), Godwin cometeu um erro ao considerar as instituições como as responsáveis pela desgraça humana, ao contrario da natureza humana. Pelas palavras de John Commons (2009, p.248): “*Godwin’s error consisted in attributing vice and misery to human institutions instead of human nature*”.

384): “[w]ith the coming of Malthus and Ricardo, after Smith economic Science began its nineteenth century conflicts of opinion which terminate in the present-day distinctions of scarcity and efficiency. Segundo Commons (2009), no caso de Ricardo, após sua teoria passar pelas mãos de Karl Marx e Frederick Taylor fora responsável pela criação das teorias de eficiência e gerenciamento. Por outro lado, ainda segundo Commons (2009), as teorias de Malthus ao passarem por “economistas psicologistas” geraram a teoria da produtividade específica do neoclássico John B. Clark.

Uma das principais contribuições de Ricardo fora, sem dúvida alguma, a sua idealização de um conceito de valor. Segundo a interpretação de Commons (2009), tal conceito nada mais é do que a expressão da eficiência. Ou seja, onde Smith e Malthus haviam personificado a escassez como uma “*labor-pain*” imposta como punição pelos pecados num mundo de abundância, Ricardo personifica a escassez como uma resistência da natureza para a força de trabalho. E sobre essa passagem, Commons (2009, p. 355) destaca que:

The two personifications are exactly the opposite. Pain diminishes as power increases. If nature's resources are scarce owing to pressure of population towards lower margins, then it was labor-power, not labor-pain, that overcame the resistance of nature. This was not a price paid to God on account of sin, it was a price paid to nature on account of scarcity.

Segundo Commons (2009) essa diferenciação na interpretação do valor fora revolucionária, pois não alterou somente os significados de trabalho e produtividade, mas também todos os termos até então utilizados em economia política. Ou melhor, possibilitou um duplo sentido dessas expressões que nos acompanham até os dias de hoje.

De modo geral, podemos observar que Commons, por deveras, tentou uma leitura prudente da escola Clássica, sendo enormemente cauteloso em suas considerações e bastante generoso em suas críticas. Porém em Thorstein Veblen, como anteriormente já fora comentado, nota-se uma leitura bastante crítica²⁰. Primeiramente, a principal diferença entre a leitura de Veblen e Commons (a respeito dos economistas clássicos) se dá no fato de Veblen não ter se debruçado

²⁰ Pode-se notar na leitura de Veblen um forte aspecto revolucionário no modo de se fazer a ciência econômica, enquanto que na leitura de Commons é perceptível uma perspectiva reformista da ciência econômica.

individualmente sobre cada pensador, mas sim tecer comentários sobre as concepções da ciência econômica praticada até então²¹.

Veblen (1899a) destaca que a ciência econômica desse período pode ser interpretada como uma ciência taxonômica e assim segue perpetuada pelos então neoclássicos²². Tal taxonomia ocorre em um ambiente em que, segundo Veblen (1899a), são ignorados elementos importantes no entendimento do contexto, como por exemplo, os fatores institucionais/culturais e que, por consequência, acaba tratando a ciência econômica em um sentido de animismo, onde se expurga os aspectos verdadeiramente humanos de sua análise (Veblen, 1988b). Essa análise mostra-se muito semelhante com a de Commons. Ambos os institucionalistas destacam que há ausência da análise de instituições nos escritos Clássicos.

Segundo a leitura de Veblen (1899b), tanto em *A Riqueza das Nações* como em *Teoria dos Sentimentos Morais* existem inúmeras passagens que testemunham a forte convicção de Smith em que o curso natural responsável pela natureza humana é caracteristicamente otimista. Para Veblen (1899b), é notável a percepção criacionista no aspecto “natural” de Adam Smith e, somente desse modo, convergindo com a noção de forças naturais que estariam de acordo com o bem-estar do ser humano²³.

Para que pudesse se justificar a essa convergência entre natureza humana e bem-estar social, Adam Smith buscou seus argumentos no hedonismo (Veblen, 1899b)²⁴. Segundo Veblen (1899a), o homem hedonista de Smith no ambiente de natureza humana de ordem divina, seria responsável por egoisticamente gerar o bem estar social. Ou seja, havia uma aposta de que os impulsos naturais do ser humano atuariam de maneira semelhante a relações mecânicas de causa e efeito, gerando um resultado que convergiria aos interesses coletivos mesmo tendo sido gerados por impulsos egoístas. Pelas palavras de Veblen (1899b, p.397):

²¹ Conforme já dito, tais concepções da ciência econômica foram apresentadas de modo a tecer comentários a respeito do pensamento que ali estava sendo construído. Essa apresentação ocorreu com a publicação de três artigos sequenciais junto ao *Quarterly Journal of Economics* entre Janeiro de 1899 e Fevereiro de 1900.

²² Ao ler-se “taxonômico” podemos entender à alusão de David Hamilton sobre a Economia Clássica ser uma ciência holística. Ou seja, uma ciência fragmentadora e discriminadora do objeto de estudo.

²³ Segundo Veblen (1899), Adam Smith possuía uma noção que beirava uma percepção divina da natureza humana.

²⁴ A relação entre escola Clássica e Iluminismo pôde viabilizar tal noção do ser humano. Um indivíduo divino, porém com esse viés egoísta.

The guidance of the invisible hand takes place not by way of interposition, but through a comprehensive scheme of contrivances established from the beginning. For the purpose of economic theory, man is conceived to be consistently self-seeking; but this economic man is a part of the mechanism of nature, and his self-seeking traffic is but a means whereby, in the natural course of things the general welfare is worked out.

Nota-se que, segundo Veblen (1899b), Adam Smith possuía uma visão bastante viesada da natureza humana através aspecto metafísico, principalmente através da preconcepções de benevolência do ser humano em sociedade. E, tendo em vista tal viés, nota-se como lógica a construção de uma teoria dedutivista e generalista do comportamento humano em sociedade. Afinal, se há uma força (idêntica e uniforme) agindo através da natureza humana em todos os indivíduos de uma sociedade, mostra-se bastante normal um desencadeamento homogêneo dessa dedução no todo social. No caso da teoria smithiana, o hedonismo como gerador do bem estar.

A partir da leitura de Veblen (1899b), verifica-se que tal ordem teleológica e metafísica da natureza humana se dissipa por todo o discurso clássico, porém, “*after Adam Smith’s day, economics fell into profane hands*” (Veblen 1899b, p. 411). Segundo Veblen (1899a), assim como no caso de Smith, nas teorias de Malthus nota-se uma forte noção metafísica da natureza humana, mas agora com uma ordem divina muito mais imediata junto às premissas da ciência econômica. Ou seja, Malthus utilizou-se ainda mais de premissas metafísicas na construção de suas teorias econômicas. Desse modo tornando as preconcepções dessa ciência ainda mais dedutivistas, imutáveis e teleológicas. Tal ampliação da percepção metafísica no pensamento econômico caracteriza-se como um “fragilizador” de sua teoria (Veblen, 1900). Afinal, cada vez mais, aquilo que se entende por natureza humana e sociedade se afasta da realidade empírica e converge para o mundo do sobrenatural e da desgraça eminente.

Em Ricardo essa percepção retorna amadurecida, principalmente pelo fato do mesmo poder ter se baseado naquilo que Smith e Malthus já haviam desenvolvido no âmbito teórico. Pautado nessa leitura amadurecida da teoria econômica, Ricardo não está totalmente livre das preconcepções metafísicas, teleológicas e dedutivistas que dominavam o discurso econômico até então, porém pôde levar a teoria econômica a outro patamar, aquele que poderia se desenvolver uma teoria positiva. Segundo Veblen (1899b), dentre as retificações do discurso econômico de Ricardo,

observa-se a rápida alteração do ponto central da teoria econômica. Enquanto Smith via-se no desenvolvimento de uma teoria da produtividade da força de trabalho, Ricardo voltou-se para o problema pecuniário na distribuição dos rendimentos da terra.

Segundo Veblen (1899b), Ricardo observa que tal alteração no discurso econômico levaria a economia ao enfrentamento do problema da escassez frente às limitações impostas pela natureza, porém, conforme já destacado, Ricardo não rompe com as concepções teleológicas do discurso Clássico, afinal, Veblen (1899b) argumenta que todos os Clássicos atuaram como seguidores de Adam Smith, desse modo, todos assumem a natureza humana como verdadeira nos parâmetros por ele estabelecidos.

The point of departure with Adam Smith is the productive power of labor. With Ricardo it is a pecuniary problem concerned in the distribution of ownership. But the classical writers are followers of Adam Smith, and improve upon and correct the results arrived at by him, and the difference of point of view, therefor becomes evident in their divergence from him, and the different distribution of emphasis, rather in a new antagonistic departure. (Veblen 1899b, p. 413)

De modo geral, podemos observar a crítica de Veblen como uma tentativa de desconstrução das concepções da ciência econômica que, até então, banhavam o discurso econômico. Tais concepções, segundo Veblen (1899b), impossibilitaram a construção de um discurso científico do ponto de vista evolucionário. Observa-se o vasto viés teleológico que veio por construir a natureza humana e que então desencadeou toda a estrutura lógica da ciência econômica através do recurso metodológico do dedutivismo.

Nota-se que tanto pela interpretação de Commons (2009) quanto de Veblen (1899b), a natureza humana construída e perpetuada pela escola Clássica (principalmente por Adam Smith) é um fator de grande debate, gerando espaço para a construção de muitas críticas. Observa-se que por parte de Veblen (1899b), boa parte da crítica construída e desenvolvida pelo mesmo baseia-se nesse ponto. Commons (2009) tangencia a esse assunto em suas interpretações, porém não chega a gerar uma crítica enfática e verdadeiramente contrária a essa natureza

humana smithiana²⁵. Obviamente o tom de contrariedade a esse aspecto da teoria Clássica é bastante natural, afinal, quando assume-se a existência de uma natureza humana de ordem metafísica, descarta-se e declara-se quase inexistente a necessidade de um estudo institucional das relações sociais e da economia (Veblen, 1998). Em outras palavras, é natural que, pela percepção de ambos os institucionistas, esse seja o “calcanhar de Aquiles” da Escola Clássica.

Conforme anteriormente já fora destacada, a relação dessas escolas do pensamento econômico com seus respectivos paradigmas científicos são fortemente perceptíveis. Como aqui já mencionado por Hamilton (1953), a natureza humana e a razão foram dois dos temas mais trabalhados junto aos estudos Clássicos, pois eram também as duas maiores preocupações do século das luzes – século esse fortemente influenciado pela revolução científica, responsável pela disseminação do newtonianismo como paradigma científico. Em contraposição, encontra-se a escola institucionalista, fortemente influenciada pelo paradigma darwinista, o qual se baseia, em grande parte, na capacidade de observação das alterações do objeto de estudo e do meio em que está inserido. Ou seja, caracterizava-se por uma redução drástica das percepções determinísticas e generalistas.

Com diferentes paradigmas científicos, é natural que tenhamos diferentes interpretações acerca da ciência e da metodologia científica (Kuhn, 2013). Tal diferenciação é bastante evidente quando busca-se estudar à Escola Clássica e Institucional. Enquanto no primeiro caso podemos notar uma forte adesão ao dedutivismo, no segundo caso notamos a adesão do indutivismo. Ambos os processos metodológicos são legítimos e podem ser devidamente fundamentados, porém, suas diferenças podem ser cruciais no desenvolvimento de uma teoria científica.

²⁵ Aqui permito-me especular que tal neutralidade por parte de Commons deve-se a sua forte ligação com a religião cristã, o que pode ter limitado suas críticas a respeito dessa natureza humana divina. Já Veblen possuía fama de antirreligioso, bem como em seus trabalhos a religião era considerada um atraso científico (Cavaliere, 2015). Porém, mesmo sendo muito menos crítico do que Veblen, Commons não nega (pelo contrário, timidamente apresenta) a fragilidade da construção de uma teoria sobre essa ótica divina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar que houve uma mudança bastante significativa no discurso da Escola Institucionalista em relação à Escola Clássica. Tal alteração deve-se, primordialmente, a mudança paradigmática ocorrida após a publicação dos estudos de Charles Darwin, em específico sua maior obra, *A Origem das Espécies* (1859), que veio a substituir o Newtonianismo pelo Darwinismo como paradigma científico. Tal mudança fora responsável pela adaptação do discurso institucionalista frente ao seu objeto de estudo.

Na perspectiva institucionalista, a Escola Clássica fora fruto de seu meio. Usufruiu daquilo que seu tempo e espaço ofereciam do ponto de vista de como se fazer ciência. Desse modo, é perceptível que tanto por parte de Thorstein Veblen (1899a; 1899b; 1900) quanto por parte de John Commons (2009) todos os teóricos clássicos sejam vistos como “grandes economistas”, e também sejam tratados com enorme respeito.

É válido lembrarmos que é natural que em períodos históricos diferentes hajam diferentes paradigmas científicos, portanto, não pode-se dizer que houve um equívoco paradigmático por parte dos clássicos, afinal estes estavam vivendo em seu tempo e contexto social-histórico. A maior crítica institucionalista viria a aqueles que de maneira anacrônica seguiriam perpetuando ao paradigma Newtoniano posteriormente ao surgimento do Darwinismo²⁶.

Conclui-se, então, que a leitura institucionalista a respeito dos autores clássicos é banhada de críticas relacionadas ao modo de se fazer a ciência econômica, divergindo de aspectos fortemente relacionados ao paradigma Newtoniano e a filosofia iluminista através de argumentos baseados no “novo” paradigma Darwinista e na filosofia pragmática. Tais críticas e, a importância dessa análise, justificam-se frente ao período decisivo para o pensamento econômico em que se encontrava a escola Institucionalista.

²⁶ Tanto em Veblen (1899; 1900a; 1900b), quanto em Commons (2009), é perceptível a crítica ao anacronismo da perpetuação do paradigma newtoniano junto à escola neoclássica. Tal perpetuação merece atenção e análise que aqui, infelizmente, não puderam ser executadas.

REFERÊNCIAS

- Almeida, F. (2015) **Revisiting Veblen's "Theory Of the Leisure Class"**: Pragmatic Philosophy to Understand Conspicuous Consumers' Decision Making.
- Almeida, F. (2014) **Thorstein Veblen and Albert Bandura**: A Modern Psychological Reading of the Conspicuous Consumer. *Journal of Economic Issues*. 48:1, 109-122.
- Cavaliere, M. (2007) **Como os Economistas Discordam**: Um Ensaio Metodológico Sobre o "Contexto da Descoberta" em Economia. *Estudos Econômicos*. São Paulo.
- Cerqueira, H. (2001) **O Discurso Econômico e Suas Condições de Possibilidade**. *Revista de Filosofia*. Vol. 28
- Cerqueira, H. (2006) **Adam Smith e o Seu Contexto**: O Iluminismo Escocês. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas.
- Commons, J. (2009) **Institutional Economics**: and its Place in Political Economy. Transaction Publishers. New Jersey.
- Commons, J. (1931) **Institutional economic**. *American Economic Review*, vol. 21, p. 648-657.
- Commons, J. (1950) **The Economics of Collective Action**. New York: The MacMillian Company.
- Coutinho, M. (1990) **Lições de Economia Política Clássica**. Tese de doutorado. Biblioteca Central da Unicamp. Campinas.
- Dow, S. (2004) **Structured Pluralism**. *Journal of Economic Methodology*. 11:3. 275-290.
- Guedes, S. (2013) **Lei e Ordem Econômica no Pensamento de John. R. Commons**. *Revista de Economia Política*. Vol. 33.
- Hamilton, D. (1953). **Evolutionary Economics**: A Study of Change in Economic Thought. New Mexico Paperbacks.
- Hamilton, W. (1919) **The Institutional Approach to Economic Theory**. *American Economic Review* 9, 1. 309-318.
- Harpham, E. (2000) **The Problem of Liberty in the Thought of Adam Smith**. *Journal of the History of Economic Thought*. Volume 22, nº 2.
- Hodgson, G. (1997). **Economia e Evolução**: o regresso da vida à teoria económica. Editora Celta.

- Hodgson, G. (1994). **Economia e Instituições**. Editora Celta.
- Hodgson G. (2003). **The Hidden Persuaders**: institutions and individuals in economic theory. Cambridge Journal of Economics. 27.
- Hodgson, G. (1998). **The Approach of Institutional Economics**. Journal of Economic Literature 36 : 166-192.
- Hodgson, G. (2004a) **The Evolution of Institutional Economics**: Agency, Structure and Darwinism in American Institutionalism. London: Routledge
- Hodgson, G. (2004b) **Reclaiming Habits For Institutional Economics**. Journal of Economic Psychology
- James, W. (1948) **What Pragmatism Means**. (Coleção A Reader). Editora Vintage Books. Nova Iorque.
- Kant, I. (2008) **A Resposta a Pergunta**: o que é Iluminismo? (Coleção textos Filosóficos). Editora 70
- Keynes, J. (1983) **Teoria Geral do Emprego, Juro e do Dinheiro** (Os Economistas). Abril Cultural. São Paulo.
- Klagsbrunn, V. (1996) **Demanda Efetiva e Salários**: uma teoria sem mercado. Economia e Sociedade. Campinas.
- Kuhn, T. (2013) **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Coleção Debates. Editora Perspectiva
- Lenz, M. (2008) **A Evolução do Conceito de Renda da Terra no Pensamento Econômico**: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx. Trabalho apresentado Anpec Sul.
- Malthus, T. (1996) **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre Sua Aplicação Prática**. (Os economistas). São Paulo: Nova Cultural
- Neale W. (1987) **Institutions**. Journal fo Economic Issues. Vol. 21. Nº 3. (p.1177 – p.1206)
- Peirce, C. (1877) **The fixation of belief**. In S. Haack, & R. Lane. (2006). Pragmatism, old & new. New York: Prometheus Books.
- Pessali, H & Fernandez, R (1999) “**Institutional Economics at the micro level?** What transaction cost theory could learn from original institutionalism (in the spirit of building bridges)”. Journal of Economic Issues.
- Ramstad, Y. (1986) **Pragmatist’s Quest for Holistic Knowledge**: The Scientific Methodology of John Commons. Journal of Economic Issues.

- Reil, P. & Wilson E. (2004) **Encyclopedia of the Enlightenment**. Book Builders Incorporated.
- Ricardo, D. (1982) **Princípio de Economia Política e Tributação**. (Os economistas). São Paulo: Abril Cultural.
- Rutherford, M. (2011). **The Institutional Movement in American Economics, 1918–1947: science and social control**. Cambridge: the Cambridge University Press.
- Rutherford, M. (1983) **J. R. Commons's Institutional Economics**. Journal of Economic Issues, 17(3): 721-744.
- Rutherford, M. (1984) **Thorstein Veblen and the Processes of Institutional Change**. History of Political Economy. 16:3.
- Smith, A. (1996) **A Riqueza das Nações** (Os economistas). São Paulo: Nova Cultural
- Stirati, A. (1995) **Smith's Legacy and the Definitions of the Natural Wage in Ricardo**. Journal of the History of Economic Thought.
- Telles, A. & Bastos, J. (2011) **Voltaire, Cartas Iluministas**: correspondência selecionada e anotada. Editora Zahar. Rio de Janeiro.
- Tyson, N. (2014) **Cosmos**: Uma Odisseia do Espaço-Tempo. 3º Episódio “Quando o Conhecimento Venceu o Medo”. National Geographic. (Documentário).
- Veblen, T. (1899) **The Theory of the Leisure Class**. Penguin Books, New York.
- Veblen, T. (1899a) **The Preconceptions of Economic Science I**. Quarterly Journal of Economics. Vol. 13, No. 2.
- Veblen, T. (1899b) **The Preconceptions of Economic Science II**. Quarterly Journal of Economics. Vol. 13, No. 4.
- Veblen, T. (1900) **The Preconceptions of Economic Science III**. Quarterly Journal of Economics. Vol. 14, No. 2.
- Veblen, T. (1906). **The Place of Science in The Modern Civilization**. The American Journal of Sociology, 11(5): 585–609.
- Veblen, T. (1914) **The Instinct of Workmanship and The State of The Industrial Arts**. New York: Cosimo Books.
- Veblen, T. (1919) **The Vested Interests and The Common Man**. New York: Cosimo Books.

- Veblen, T. (1998). **Why Is Economics Not An Evolutionary Science?**. Cambridge Journal of Economics, 22: 403–414. [Originally published in 1898 in The Quarterly of Economics, July: 373–397].
- Webb, J. (2007) **Pragmatisms (plural) Part I:** Classical Pragmatism and Some Implications for Empirical Inquiry. Journal of Economic Issues. Vol. XLI.